

## ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DA CESSÃO REQUERIDA PELA CEASA VI

### OBJETIVO

Cessão do Sr. JORGE ALEXANDRE DE OLIVEIRA NETO, Empregado Efetivo da CEGÁS, matrícula nº 170, Técnico de Processos Organizacionais, para a Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA, conforme Ofício nº 235/2019, em anexo ao processo.

### SOLICITAÇÃO

Trata a presente de uma solicitação da Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA/CE, acerca da Cessão do empregado Sr. JORGE ALEXANDRE DE OLIVEIRA NETO, que ingressou na Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, em 14/06/2018, para ocupar o Emprego Efetivo de Técnico de Processos Organizacionais, para o qual foi aprovado no Concurso Público, por meio de Edital nº 001/2016, de 18 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado em 28 de novembro de 2016.

No dia 27 de novembro de 2019, o Diretor Presidente da Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA/CE, Sr. Maximiliano César Pedrosa Quintino de Medeiros, encaminhou o Ofício Nº 235/2019, requerendo a cessão do empregado da CEGÁS, Sr. Jorge Alexandre de Oliveira Neto, Técnico de Processos Organizacionais, com fundamento no **Decreto Estadual Nº 32960** de 13 de fevereiro de 2019, solicitando a cessão por 02(dois) anos, com ressarcimento para a origem, onde exercerá o Cargo de Direção e Assessoramento, de provimento em comissão de Supervisor de Núcleo – símbolo VI, com lotação no Núcleo de Planejamento e Estatística – NUPLE.

No dia 28 de novembro de 2019, o Secretário do Desenvolvimento Agrário, Francisco de Assis Diniz, encaminhou o Ofício SEC Nº 2505/2019, juntamente com o processo Nº 10733390/2019, onde consta o Ofício Nº 235/2019 reafirmando o interesse da CEASA na Cessão do Empregado Jorge Alexandre de Oliveira Neto.

### ANÁLISE COM BASE NA LEGISLAÇÃO

Caso seja aprovada, a cessão será concedida por 02(dois) anos, podendo ser prorrogada através de Termo de Aditivo, de acordo com o interesse das partes, e com ressarcimento para a origem, nos termos do art. 9º, inciso II, alínea c, do Decreto nº 32.960, de 13 de fevereiro de 2019, e em conformidade com o disposto no Art. 2º, do mesmo diploma legal, transcrito abaixo:

“Art.2º. VI – Cessão com ressarcimento: cessão que importa em restituição ao cedente das parcelas da remuneração ou salário, já incorporadas à remuneração ou salário do cedido, de natureza permanente, encargos sociais, abono pecuniário, gratificação natalina, férias e adicional de um terço, inclusive gratificação de desempenho, quando a lei permitir.”

#### Analisando o Regulamento de Pessoal da CEGÁS:

“Art. 31. Os pedidos de Cessão de pessoal da Companhia seguirão o seguinte rito:

I - O Órgão/Entidade interessado deverá encaminhar à Presidência da CEGÁS um expediente formal de solicitação de Cessão do empregado;

II - Os pedidos de Cessão deverão ser submetidos à análise da Assessoria Jurídica da Companhia para fins de emissão de Parecer que demonstre se o empregado atende às regras definidas na legislação pertinente e neste Regulamento;

III - A Diretoria Executiva deverá, de posse do Parecer emitido pela Assessoria Jurídica, deliberar sobre a proposta de encaminhamento, ou não, ao Conselho de Administração do pedido de aprovação da solicitação da cessão, deliberação esta que deverá ser unânime, sob pena de arquivamento dele;

IV - Atendido o disposto no inciso III, supra, caberá, então, ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre os pedidos de cessão propostos pela DIREX.”

“Art. 32.

(...)

Parágrafo único – as cessões autorizadas serão sempre realizadas sem ônus para a CEGÁS e com ônus no cessionário.”

“Art. 34. Ao empregado cedido pela Companhia serão assegurados os direitos e vantagens coletivas que venham a ser concedidos aos demais empregados que permanecerão no quadro, salvo às progressões definidas no PECS, onde um dos critérios para elegibilidade é não estar cedido a outras instituições nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao período da avaliação de desempenho.”

O Decreto Nº 32.960/2019 prevê a cessão com ressarcimento para a origem, que importa na restituição ao cedente das parcelas da remuneração ou salário, incluindo os já incorporados, de natureza permanente, encargos sociais, abono pecuniário, gratificação natalina, férias e adicional de um terço, inclusive gratificação de desempenho quando a lei permitir, acessórios estes atinentes a administração direta, ou seja, para os servidores públicos.

Devemos ressaltar que o mesmo Decreto dispõe acerca da cessão de empregados públicos das Sociedades de Economia Mista para as Autarquias que possuem receita própria, com ressarcimento para a origem, conforme o art. 9º, inciso II, alínea “c”.



Fato este que nos leva a concluir que, sem ter uma interpretação literal, é possível a aprovação da cessão tendo em vista que não se pode excluir o regime trabalhista do empregado público ou querer por omissão do Decreto, considerar um texto exclusivo ao servidor público.

E, em sendo a CEGÁS uma empresa de economia mista, regida pelas normas de direito privado, ou seja, regida pela CLT e tendo a CEASA encaminhado Ofício aduzindo que:

“(...) comprometendo-me, por intermédio deste ofício, a repassar durante todo o prazo da cessão, o curto mensal do pagamento da remuneração do empregado cedido, acrescido da alíquota do percentual de contribuição previdenciária.”

Concluimos, então, que existe previsão legal para que esta Companhia aprove a cessão com ressarcimento do empregado acima mencionado, nos termos do Ofício ora encaminhado pela CEASA.

Em anexo, segue a planilha de reembolso da Cessão do empregado Jorge Alexandre de Oliveira Neto elaborada pela Gerência de Recursos Humanos da CEGÁS, nos termos do regime trabalhista em que se enquadra o empregado a ser cedido, e ainda atendendo as obrigações prevista no ACT para que a CEASA possa ressarcir à CEGÁS.

O valor anual da cessão será de R\$ 92.836,33 (noventa e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos), conforme anexo, ressaltando ainda que a ausência do empregado cedido não causará nenhum prejuízo à Companhia.

Ao empregado cedido pela Companhia serão assegurados os direitos e vantagens coletivas que venham a ser concedidos aos demais empregados que permanecerão no quadro, salvo (i) **as progressões definidas no PECS**, as quais um dos critérios para elegibilidade é não estar cedido a outras instituições nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao período da avaliação de desempenho e (ii) a **Participação nos Lucros e Resultados da Companhia**, conforme alínea f, do item 5.3 da Política de Participação nos Lucros e Resultados dos Empregados da Companhia (revisão 2), aprovado na 179ª Reunião do Conselho de Administração, em 13/12/2018, a qual delibera que os empregados cedidos para outras empresas a partir de janeiro de 2019, não são habilitados legalmente ao direito de recebimento do PLR, e portanto não poderão ser incluídos no mesmo.

Para que haja cessão de empregado, além de cumpridas todas as formalidades legais, e o reembolso integral dos salários e encargos, tem que haver “conveniência para a administração da Companhia aprovar cessão”, ou seja, as seguintes condições atendidas simultaneamente:

a) o empregado pode ser cedido sem causar nenhum problema de falta de mão de obra, ou seja, as atividades por ele executadas poderão ser absorvidas por outros empregados; e

b) a cessão trará benefícios para a Companhia, ou seja, o cargo a ser ocupado pelo empregado no órgão cessionário ser relevante e estratégico.

Consultada a Assessoria de Comunicação e Marketing identificamos que existem as duas condições acima, tendo em vista que as atividades exercidas pelo empregado a ser cedido poderão ser redistribuídas com os colaboradores dessa mesma Assessoria, vinculada à Diretoria da Presidência.

### CONCLUSÃO

Com base nas análises acima, a Assessoria de Comunicação e Marketing e a Gerência de Recursos Humanos da Companhia, salvo melhor juízo, entendem que não há impedimento para a aprovação da cessão do Sr. Jorge Alexandre de Oliveira Neto, Empregado Efetivo da CEGÁS, matrícula nº 170, Técnico de Processos Organizacionais para a Centrais de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA, conforme Ofício nº 235/2019.

Fortaleza, 03 de dezembro de 2019.

A handwritten signature in blue ink, reading "Celânia Pinto Lima".  
Celânia Pinto Lima

Gerente de Recursos Humanos